

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

40/2026

### **CONTRATANTE**

MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS

### **OBJETO**

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E HOSPITALARES, INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES E VETERINÁRIOS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES, PARA ATENDER O CENTRO DE RECUPERAÇÃO ANIMAL, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026, CONFORME ENTREGA DE REQUISIÇÃO.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 109.516,06 (cento e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e seis centavos)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 02/07/2026, às 09:00 hrs

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

### **MODO DE DISPUTA:**

aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO

## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	8
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8. DOS RECURSOS.....	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
10.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

**EDITAL**

***PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS***

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026**  
**(Processo Administrativo nº 72/2026)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas/MG, por meio da Supervisão de Aquisições e Contratações de Serviços, sediada na Rua Floriano Peixoto, nº 395 - Centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 295 de 29 de dezembro de 2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E HOSPITALARES, INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES E VETERINÁRIOS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES, PARA ATENDER O CENTRO DE RECUPERAÇÃO ANIMAL, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026, CONFORME ENTREGA DE REQUISIÇÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar da presente licitação qualquer empresa do ramo objeto deste certame, que satisfaça as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **A licitação será conduzida com ampla participação nos termos do inc. III do art. 49 da LC 123/06.**

**JUSTIFICATIVA PARA INAPLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DE EXCLUSIVIDADE**

Leitura que se faz indispensável a este propósito é a dos **incisos II e III** do citado **art. 49 da LC nº 123/2006**, que afasta do âmbito de aplicação dos arts. 47 e 48 as seguintes situações:

*II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

*III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e o Decreto Federal nº 8.538/2015 estabelecem, como regra geral, o tratamento diferenciado e favorecido a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas, mediante exclusividade de participação nos itens de valor estimado até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e reserva de cota mínima de 25% (vinte e cinco por cento) para ME e EPP nos demais itens, conforme arts. 47 e 48 da LC 123/2006.

*Contudo, o art. 49 da mesma Lei Complementar expressamente prevê hipóteses em que esses benefícios não se aplicam, cabendo à Administração motivar fundamentadamente o afastamento. É o que se faz pela presente justificativa.*

Os itens objeto da presente licitação constituem **materiais hospitalares** (equipamentos, insumos, descartáveis, medicamentos de uso hospitalar e correlatos), cuja cadeia de fornecimento apresenta características estruturais que a distinguem de outros segmentos do mercado:

**a) Elevada concentração de mercado em empresas de médio e grande porte**

O mercado de materiais hospitalares no Brasil é historicamente dominado por empresas de médio e grande porte, representadas por distribuidoras e fabricantes com ampla estrutura logística, estoque regularizado junto à ANVISA e capacidade de fornecimento em escala. Tal concentração decorre de exigências regulatórias rígidas — entre as quais Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), registros de produtos junto à ANVISA e certificações de Boas Práticas — que impõem barreiras à entrada que as microempresas e EPP dificilmente conseguem superar ou manter.

**b) Reduzido número de ME e EPP com capacidade técnica e regulatória para o objeto**

A pesquisa de mercado realizada para a elaboração desta licitação, bem como consultas ao CNPJ/RFB e ao CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), evidenciaram que o número de fornecedores enquadrados como ME ou EPP com registro ativo de AFE junto à ANVISA, habilitados a fornecer os itens licitados, é **inferior ao mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos** exigido pelo art. 49, I, da LC 123/2006 para que a exclusividade se justifique.

A exiguidade de ME e EPP regulares no segmento não é circunstancial — reflete a própria estrutura do setor, que exige investimentos contínuos em regularização sanitária, rastreabilidade, controle de qualidade e logística especializada, incompatíveis com o porte de microempresas e empresas de pequeno porte.

**c) Risco de restrição da competitividade e prejuízo à Administração**

A imposição de exclusividade ou de cota reservada neste objeto produziria efeito inverso ao pretendido pela LC 123/2006: em vez de ampliar a participação, **reduziria drasticamente o universo de licitantes**, eliminando as principais empresas do setor — que são de médio e grande porte — e gerando os seguintes prejuízos concretos:

- Redução do número de propostas, com consequente pressão de alta nos preços ofertados;
- Risco de fracasso do certame por ausência de participantes habilitados enquadrados como ME ou EPP;

- Comprometimento da regularidade do abastecimento hospitalar, considerando que ME e EPP do setor geralmente não possuem estoque suficiente para atender demandas institucionais contínuas;

Dificuldade de comprovação de capacidade técnica e regularidade sanitária por parte de ME e EPP, elevando o risco de inadimplência contratual

Diante do exposto, o afastamento da exclusividade e da cota reservada encontra fundamento expresso em **dois incisos cumulativos** do art. 49 da LC 123/2006:

**Inciso I** — Não há, no mercado local e regional, um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP, sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências técnicas e regulatórias estabelecidas no instrumento convocatório para o fornecimento de materiais hospitalares.

**Inciso II** — O tratamento diferenciado não é vantajoso para a Administração Pública, pois representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, na medida em que a reserva de cota ou exclusividade comprometeria a competitividade do certame, elevaria os preços praticados e colocaria em risco a regularidade do abastecimento de materiais essenciais à saúde pública.

*O afastamento também se apoia no **art. 49, III**, que veda o benefício quando "não existirem fornecedores do objeto no âmbito local ou regional", interpretado extensivamente pela jurisprudência do TCU para abranger situações em que os fornecedores existentes não reúnem condições regulatórias mínimas para a execução do objeto (TCU, Acórdão 2.243/2015-Plenário).*

Destaca-se que, como bem ressalta Ronny Charles, o exame de vantajosidade há ser realizado de modo amplo, ponderando múltiplos fatores que eventualmente indiquem a inadequação da aplicação dos benefícios:

“Em relação à segunda hipótese, basta a manifestação da área técnica, indicando justificadamente a incompatibilidade com a aplicação dos benefícios. Entendemos que **essa incompatibilidade deve ser compreendida em seu sentido amplo**; um quadro de crise econômica e a redução dos recursos orçamentários disponíveis podem justificar esta opção. (...)”<sup>1</sup>

A amplitude das diretrizes de exame da “**vantajosidade**”, para fins da avaliação concreta da preferência indicada no inciso IV, há de contemplar os diversos **aspectos relacionados à “eficiência” da contratação**, tais como, por exemplo, situações em que se revele inadequado excluir do rol de possíveis contratados especializados de mercado específico, com potencial ou de melhor qualidade de execução contratual, inferido a partir de desempenhos anteriores e reconhecimento de mercado. É uma circunstância, relacionada à busca da eficiência da contratação, que, mesmo em licitações de pouca monta, é recorrente estar presente.

Nessa esteira, destacamos que, em procedimentos sob a regência da Lei nº 14.133/2021, resta ainda mais evidente o alargamento da amplitude do exame da vantajosidade suscitada, notadamente quando o parágrafo único do **art.11 da NLLCA**, fixa, como diretriz finalística à Administração, o dever de “**promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações**”.

Esta nova perspectiva de vantajosidade mais ampla, que se afasta da limitação à modicidade, é endossada pelo parágrafo único do art. 169 da Lei nº 14.133/2021 que determina a adoção de medidas pela alta administração “**que produzam o resultado mais vantajoso para a Adminis-**

---

<sup>1</sup> TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Op. Cit.* P. 1019.



tração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas”, do que se infere nova acepção de vantajosidade com preocupação especial voltada à eficiência, eficácia e efetividade da contratação e não mais exclusivamente sob o menor preço, embora deva ser considerando como elemento relevante, sob a perspectiva da economicidade da contratação .

Neste sentido, entendemos relevante, ao propósito da busca pelo resultado mais vantajoso, citar a ponderação suscitada por Ronny Charles no sentido de que **“os privilégios concebidos para participação nos certames, mitigadoras da competitividade, dificultarão a busca pela melhor proposta para a Administração, resultando na ampliação de seus gastos, que serão suportados, ao final, pela própria sociedade, o que exige ponderação sobre a correta aplicação de tais normas de privilégio, sobretudo porque, conforme analisado, quando desproporcionais, estas descambam para a inconstitucionalidade, pela afronta aos princípios norteadores da própria atividade administrativa”**<sup>2</sup>

Marçal Justen Filho destaca a importância do princípio da proporcionalidade na escolha da modelagem da licitação: “(...) A **proporcionalidade** é muito relevante para a licitação, que se configura como uma atividade administrativa destinada a selecionar uma entre diversas propostas de contratação. A autoridade administrativa desempenhará uma atividade **de escolha de meios concretos para obtenção de determinados fins**. Ao cogitar de promover uma contratação administrativa, a autoridade necessária necessita realizar uma escolha quanto à destinação de recursos públicos – o que exige uma atuação orientada a privilegiar certos interesses e excluir outros. Na sequência, **a modelagem da licitação implicará decisões administrativas que afetam direitos, interesses e pretensões dos particulares diretamente envolvidos**”. (Justen Filho, Marçal. Op. Cit.. p.)

O entendimento é pacífico nos Tribunais de Contas:

O TCU, no **Acórdão 2.866/2015-Plenário**, firmou que "a aplicação do tratamento favorecido deve ser precedida de análise da viabilidade concreta, sendo legítimo o afastamento quando o mercado do objeto é composto predominantemente por empresas que não se enquadram como ME ou EPP ou quando a reserva comprometer a competitividade do certame".

No mesmo sentido, o **Acórdão 1.176/2020-Plenário** do TCU reforçou que "a exclusividade e a cota reservada não são obrigações absolutas, mas instrumentos cuja aplicação está condicionada à existência de mercado fornecedor adequado entre ME e EPP e à preservação da vantajosidade para a Administração".

*O TCE-MG, em reiteradas deliberações, exige que o gestor demonstre, na pesquisa de mercado e no termo de referência, a existência de fornecedores ME/EPP aptos antes de aplicar os benefícios — e reconhece a legitimidade do afastamento quando essa demonstração não é possível.*

No mais demonstra-se técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

Pelo exposto, com fundamento no art. 49, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123/2006, no art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações consolidadas da jurisprudência dos Tribunais de

---

<sup>2</sup> TORRES, Ronny Charles Lopes de. Op. Cit. P. 1020.

Contas, **justifica-se o afastamento da exclusividade de participação e da cota reservada para ME e EPP** nos itens de materiais hospitalares objeto desta licitação, por não estarem presentes os pressupostos fáticos e de mercado que autorizam a aplicação dos benefícios sem prejuízo à competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. A medida visa garantir a ampla participação de todos os fornecedores habilitados, a maximização da competição, a redução de preços e a segurança no abastecimento contínuo dos materiais hospitalares essenciais ao serviço público de saúde.

2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



- 3.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 3.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 3.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 a 3.2.4, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.13. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. *Valor unitário*
- 4.1.2. *Marca;*
- 4.1.3. *Fabricante;*

#### 4.1.4. *Quantidade Cotada*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poder oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O critério de julgamento será de menor preço e os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).
- 5.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.



5.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



5.20.2A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.3.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira deverão ser apresentadas na plataforma do pregão eletrônico, nos termos deste instrumento convocatório.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Os (As) licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), os documentos de habilitação exigidos no edital. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio dos documentos inseridos na plataforma, enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão seus documentos de habilitação e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação das exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de convocação.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DO TERMO DE CONTRATO**

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://licitanet.com.br/>).

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 10.2.4. Multa:
- 10.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias
- 10.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 10.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
- 10.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

- 10.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.
- 10.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
- 10.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:
- 10.2.4.7.1. Deixar de entregar item solicitado em ordem de fornecimento sem comprovar motivo justo ou fator superveniente imprevisível.
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13.1 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

## **11. DO REAJUSTE**

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/05/2026.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://licitanet.com.br> ou pelo email: [licitacao.pmcamg@gmail.com](mailto:licitacao.pmcamg@gmail.com).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.conceicaodasalagoas.mg.gov.br](http://www.conceicaodasalagoas.mg.gov.br).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

13.11.3. ANEXO III – Declarações

13.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta

Conceição das Alagoas/MG, 12 de junho de 2026.

**CELSON PIRES DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026**  
**(Processo Administrativo nº 72/2026)**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de medicamentos veterinários e hospitalares, insumos médico-hospitalares e veterinários e equipamentos permanentes, para atender o Centro de Recuperação Animal, até 31 de dezembro de 2026, conforme entrega de requisição.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. Estimado
1	88270	PINÇA ALLIS 15 CM	UN	06	R\$ 40,24
2	88271	PINÇA FOERSTER ANTISSEPSIA 24 CM	UN	03	R\$ 71,86
3	87655	Acepromazina 1% - 20ml – Solução injetável de acepromazina 1%, uso veterinário, estéril, frasco de 20 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA.	FR	08	R\$ 59,62
4	87654	Ácido Tranexâmico 50mg/ml CX/5 UNIDADE – Solução injetável de ácido tranexâmico 50 mg/mL, estéril, acondicionada em ampolas, caixa com 5 unidades, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	CX	12	R\$ 40,86
5	87667	Água desmineralizada - galão 5L – Água desmineralizada, isenta de sais minerais impurezas, acondicionada em galão de 5 litros, com identificação de lote e validade.	UN	12	R\$ 23,48
6	87668	Água Oxigenada 1L - Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), uso hospitalar, concentração conforme farmacopeia, acondicionada em frasco de 1 litro, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	lt	60	R\$ 18,23
7	87682	Agulha 25x8 CX C/ 100 UNIDADE – Agulha hipodérmica descartável, estéril, calibre 25 x 8 mm, em aço inoxidável, bisel trifacetado, embalagem com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	10	R\$ 13,38
8	87683	Agulha 40x12 CX C/ 100 UNIDADE – Agulha hipodérmica descartável, estéril, calibre 40 x 12 mm, em aço inoxidável, bisel trifacetado, embalagem com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	04	R\$ 17,75
9	87671	Álcool 70% - galão 5L - Álcool etílico hidratado 70%, uso hospitalar, acondicionado em galão de 5 litros, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	lt	20	R\$ 29,11
10	87691	Algodão hidrófilo em rolo, 500 g – Algodão hidrófilo em rolo, 100% algodão, alvejado, isento de impurezas, alta absorção, não estéril, embalagem de 500 g, com registro na ANVISA	rl	06	R\$ 64,27
11	87685	Almotolia Plástica Aplicador Bisnaga Pisseta 500ml- Frasco tipo almotolia/pisseta, em material plástico resistente, capacidade 500 mL, com bico aplicador, utilizado para acondicionamento de líquidos	UN	20	R\$ 6,71
12	87661	Amoxicilina + clavulanato - 50ml - Suspensão ou solução injetável de amoxicilina associada ao ácido clavulânico, frasco de 50 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA/ANVISA.	FR	80	R\$ 14,04
13	87713	Aquecedor de ambiente uso veterinário - Aquecedor elétrico portátil, com potência aproximada de 1500 W, dotado de controle de temperatura e no mínimo 3 níveis de potência, incluindo função aquecimento e ventilação. Equipamento compacto, com sistema de segurança contra superaquecimento, alça para transporte e indicado para uso em ambientes clínicos e veterinários.	UN	01	R\$ 179,53
14	87721	Armário/prateleira para guarda de vestuário na Paramentação - Armário multiuso confeccionado em aço, com pintura eletrostática anticorrosiva, composto por 2 portas de abrir com sistema de fechamento com chave. Possui prateleiras internas, preferencialmente reguláveis, para organização de materiais. Estrutura resistente, de fácil higienização, indicado para armazenamento de insumos, vestuários ou materiais em ambientes administrativos, clínicos e hospitalares. Dimensões aproximadas conforme padrão de mercado.	UN	08	R\$ 829,75
15	87697	Atadura 20cm - Atadura de crepe ou algodão, largura aproximada de 20 cm, não estéril, com boa elasticidade e absorção	UN	60	R\$ 2,09

16	87653	Atropina vet - 20ml – Solução injetável de atropina, uso veterinário, estéril, frasco de 20 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA/ANVISA.	FR	02	R\$ 26,45
17	87705	Avental TNT gramatura 40 – Avental descartável, confeccionado em TNT gramatura mínima 40, manga longa, fechamento adequado, uso hospitalar.	UN	400	R\$ 23,23
18	87716	Balança eletrônica para pesagem de animais até 300kg - Balança eletrônica com capacidade mínima de 300 kg, plataforma ampla e resistente, visor digital de fácil leitura, precisão adequada para uso veterinário.	UN	01	R\$ 1.310,00
19	87703	Bolsa transfusão sangue - Bolsa estéril para coleta e transfusão de sangue, com sistema fechado, capacidade adequada, com anticoagulante, com registro na ANVISA.	UN	12	R\$ 28,03
20	88264	CABO DE BISTURI N4 CABO LONGO	UN	03	R\$ 8,09
21	87700	Caixa perfurocortante 13L - Coletor para materiais perfurocortantes, capacidade 13 litros, resistente, com sistema de fechamento seguro, conforme normas da ANVISA.	UN	20	R\$ 25,96
22	87715	Canil metálico 3 lugares com divisória – Canil modular para uso veterinário, confeccionado em aço com pintura anticorrosiva, estrutura resistente e de fácil higienização. Possui compartimentos com divisórias internas removíveis, portas com fechamento seguro e bandejas inferiores removíveis para coleta de resíduos. Equipado com rodízios para movimentação e sistema modular que permite ampliação conforme necessidade. Dimensões aproximadas por módulo: 120 x 60 x 70 cm.	UN	01	R\$ 1.404,38
23	87687	Cateter 20 rosa CX C/ 100 UNIDADE – Cateter intravenoso periférico nº 20, estéril, descartável, com dispositivo de segurança, cânula em material biocompatível, embalagem individual, com registro na ANVISA.	CX	02	R\$ 194,89
24	87688	Cateter 22 azul CX C/ 100 UNIDADE – Cateter intravenoso periférico nº 22, estéril, descartável, com dispositivo de segurança, embalagem individual, com registro na ANVISA.	CX	06	R\$ 217,02
25	87689	Cateter 24 rosa CX C/ 100 UNIDADE – Cateter intravenoso periférico nº 24, estéril, descartável, com dispositivo de segurança, embalagem individual, com registro na ANVISA.	CX	04	R\$ 183,66
26	87659	Cetamina 10% 50ml - Solução injetável de cetamina 10%, uso veterinário, estéril, frasco de 50 mL, com controle especial, lote, validade e registro no MAPA.	FR	30	R\$ 87,18
27	87710	Cilindro de oxigênio uso veterinário para oxigenoterapia, composto por cilindro de oxigênio em alumínio com capacidade de 5 litros, sem carga, acompanhado de válvula reguladora com fluxômetro, sistema umidificador e acessórios para administração de oxigênio. Equipamento leve e de fácil transporte, podendo incluir carrinho ou bolsa de acondicionamento, indicado para uso em atendimentos clínicos, emergenciais e veterinários.	UN	02	R\$ 3.040,00
28	87664	Cloreto de sódio 0,9% - 500ml - Solução fisiológica estéril de cloreto de sódio 0,9%, acondicionada em bolsa ou frasco de 500 mL, sistema fechado, apirrogênica, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	UN	100	R\$ 9,66
29	87690	Compressa campo operatório 23x25 CX C/ 50 UNIDADE - Compressa cirúrgica tipo campo operatório, confeccionada em algodão, dimensões aproximadas de 23 x 25 cm, com alta absorção, embalagem com 50 unidades, com registro na ANVISA.	CX	12	R\$ 39,28
30	88284	CUBA RIM	UN	03	R\$ 95,73
31	87672	Detergente enzimático 1L – Detergente enzimático contendo enzimas proteolíticas, indicado para limpeza de materiais médico - hospitalares, biodegradável, acondicionado em frasco de 1 litro, com registro na ANVISA.	lt	06	R\$ 34,06
32	87663	Dipirona 500mg/ml - 50ml - Solução injetável de dipirona 500 mg/mL, estéril, frasco de 50 mL, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	FR	80	R\$ 27,33
33	87651	Doxapram 20ml – Solução injetável de doxapram, estéril, acondicionada em frasco de 20 mL, com identificação de lote, validade e registro no órgão competente.	FR	02	R\$ 385,06
34	87699	Envelope papel grau cirúrgico 24x38 auto adesiva CX/ 100 UNID-Envelope para esterilização em papel grau cirúrgico, com filme plástico transparente, auto selante, dimensões aproximadas de 24 x 38 cm, com registro na ANVISA.	CX	06	R\$ 73,61
35	87652	Epinefrina 1mg/ml – Solução injetável de epinefrina 1 mg/mL, estéril, acondicionada em ampola, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	AP	40	R\$ 19,82
36	87684	Equipo macrogotas soro injetor lateral completo - Equipo para infusão intravenosa tipo macrogotas, estéril, descartável, com câmara gotejadora, tubo flexível, injetor lateral, pinça rolete e conexão compatível, com registro na ANVISA.	UN	144	R\$ 3,26
37	87686	Equipo macrogotas completo luer slip – Equipo para infusão intravenosa tipo micro gotas, estéril, descartável, com câmara graduada, pinça rolete e conexão Luer Slip, com registro na ANVISA.	UN	40	R\$ 2,94
38	87704	Equipo transfusão sangue - Equipo específico para transfusão sanguínea, com filtro, estéril, descartável, com registro na ANVISA.	UN	12	R\$ 7,29

39	87693	Esparadrapo (rolo 15cm) – Esparadrapo impermeável, com adesivo de alta fixação, largura aproximada de 15 cm, acondicionado em rolo, com registro na ANVISA.	UN	40	R\$ 15,07
40	88265	ESTOJO PERFURADA 26X12X6	UN	03	R\$ 173,77
41	87680	Fio nylon 0 CX/ 24 UNIDADES - Fio de sutura monofilamentar de nylon, não absorvível, calibre 0, estéril, com agulha acoplada, embalagem com 24 unidades, com registro na ANVISA.	CX	100	R\$ 52,22
42	87681	Fio nylon 2-0 CX/ 24 UNIDADES - Fio de sutura monofilamentar de nylon, não absorvível, calibre 2-0, estéril, com agulha acoplada, embalagem com 24 unidades, com registro na ANVISA.	CX	50	R\$ 52,45
43	87712	Foco cirúrgico - Foco cirúrgico com tecnologia LED, composto por 12 LEDs de alta intensidade, sendo luz branca e amarela, com ajuste de intensidade e tonalidade, proporcionando iluminação uniforme e adequado contraste para visualização de tecidos. Equipamento com raço articulado e base móvel com rodízios, permitindo posicionamento e mobilidade, não gerando aquecimento significativo do ambiente e com baixo consumo de energia. Intensidade luminosa aproximada de 38.000 lux, indicado para procedimentos clínicos e cirúrgicos.	UN	01	R\$ 3.105,00
44	88283	GANCHO PARA CASTRAÇÃO	UN	03	R\$ 71,07
45	87692	Gaze 13 fios (não estéril) Pacote C/ 500 UNID Compressa de gaze não estéril, confeccionada em algodão, 13 fios/cm², alta absorção, embalagem em pacote, com registro na ANVISA.	PC	40	R\$ 39,29
46	87665	Glicose 5% - 500ml - Solução estéril de glicose 5%, acondicionada em bolsa ou frasco de 500 mL, apirogênica, sistema fechado, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	UN	20	R\$ 24,55
47	87669	Ringer Lactato - 500ml - Solução estéril de Ringer com lactato, acondicionada em bolsa ou frasco de 500 mL, apirogênica, sistema fechado, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	lt	60	R\$ 48,93
48	87670	Iodo tópico 10% 1L - Solução tópica de iodo 10%, indicada para antisepsia, acondicionada em frasco de 1 litro, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	lt	02	R\$ 51,97
49	87650	Ioimbina 10mg/ml - 50ml - Solução injetável de ioimbina, concentração 10 mg/mL, estéril, acondicionada em frasco de 50 mL, devidamente identificado com lote, validade e registro no MAPA/ANVISA	FR	02	R\$ 117,77
50	87679	Lâmina 24 CX C/ 100 UNIDADE - Lâmina cirúrgica estéril nº 24, em aço inoxidável, afiada, descartável, embalagem com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	06	R\$ 25,09
51	87720	Laringoscópio - composto por cabo metálico e no mínimo 4 lâminas curvas tipo Macintosh, confeccionados em aço inoxidável, resistentes à corrosão e autoclaváveis. Possui sistema de iluminação acoplado, alimentação por pilhas, cabo com superfície antiderrapante para melhor manuseio, indicado para procedimentos de intubação e avaliação de vias aéreas em ambiente clínico e veterinário.	UN	08	R\$ 1.822,72
52	87660	Lidocaína 2% - 50ml - Solução injetável de lidocaína 2%, estéril, frasco de 50mL, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	FR	48	R\$ 23,85
53	87678	Luva cirúrgica 7,0 CAIXA COM 50 PARES – Luva cirúrgica estéril, confeccionada em látex natural ou material compatível, anatômica, ambidestra, com textura antiderrapante, tamanho 7,0, caixa com 50 pares, com registro na ANVISA.	CX	04	R\$ 48,16
54	87677	Luva cirúrgica 8,0 CAIXA COM 50 PARES – Luva cirúrgica estéril, confeccionada em látex natural ou material compatível, anatômica, ambidestra, com textura antiderrapante, tamanho 8,0, caixa com 50 pares, com registro na ANVISA.	CX	04	R\$ 45,50
55	87695	Luva procedimento G - Luva de procedimento não estéril, tamanho grande (G), descartável, caixa com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	12	R\$ 49,33
56	87694	Luva procedimento M - Luva de procedimento não estéril, confeccionada em látex ou material sintético, ambidestra, descartável, tamanho médio (M), caixa com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	12	R\$ 48,99
57	87707	Máscara descartável - Máscara cirúrgica descartável, com camadas filtrantes, com elástico e clip nasal, com registro na ANVISA.	UN	600	R\$ 4,98
58	87662	Meloxicam 2% - 50ml - Solução injetável de meloxicam 2%, uso veterinário, frasco de 50 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA.	FR	04	R\$ 122,90
59	87709	Mesa auxiliar para instrumentação cirúrgica - Mesa auxiliar confeccionada em aço inoxidável, com estrutura resistente e de fácil higienização, composta por tampo superior e prateleira inferior para apoio e organização de materiais. Possui pés tubulares com rodízios que facilitam a movimentação, dimensões aproximadas de 60 x 40 x 80 cm e capacidade compatível com uso clínico. Indicada para uso em ambientes hospitalares, laboratoriais e veterinários	UN	01	R\$ 709,79
60	87708	Mesa cirúrgica veterinária com calha coletora – Mesa cirúrgica veterinária confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão e de fácil higienização, com tampo tipo calha articulável que permite ajuste de inclinação para escoamento de líquidos. Possui estrutura estável, sistema de regulagem de altura, suporte de soro e coletor de resíduos. Dimensões	UN	01	R\$ 2.585,97

		aproximadas de 120 x 60 x 80 cm, indicada para uso em procedimentos clínicos e cirúrgicos veterinários.			
61	87658	Midazolam 5mg/ml - 10ml - Solução injetável de midazolam 5 mg/mL, estéril, ampola de 10 mL, com controle especial, lote, validade e registro na ANVISA.	AP	100	R\$ 2,69
62	87717	Monitor multiparamétrico – Monitor multiparamétrico portátil, com tela colorida, capaz de monitorar no mínimo: ECG, frequência cardíaca, SpO <sub>2</sub> , pressão arterial não invasiva, respiração e temperatura. Equipamento com bateria recarregável, alarmes audiovisuais e acompanhado de acessórios compatíveis, indicado para uso clínico e veterinário.	UN	01	R\$ 4.765,00
63	87657	Morfina 10mg/ml – Solução injetável de morfina 10 mg/mL, estéril, acondicionada em ampola, com controle especial conforme legislação vigente, lote, validade e registro na ANVISA.	AP	200	R\$ 11,82
64	87696	Pano campo (tecido SMS) estéril 50x50 - Campo cirúrgico estéril, confeccionado em TNT tipo SMS, dimensões aproximadas de 50 x 50 cm, descartável, com registro na ANVISA.	UN	600	R\$ 5,30
65	88266	PAR AFASTADOR FARABEUF 150MM	UN	03	R\$ 27,76
66	87718	Pia de assepsia para Paramentação - Pia para assepsia, confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão e de fácil higienização, com fixação em parede. Dotada de sistema de acionamento mecânico por joelho, evitando contato manual e reduzindo risco de contaminação. Possui cuba em inox, torneira e válvula compatíveis, indicada para uso em ambientes clínicos, laboratoriais e hospitalares. Dimensões aproximadas de 30 a 40 cm, conforme padrão de mercado.	UN	01	R\$ 669,54
67	88267	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 16 CM	UN	03	R\$ 39,72
68	88268	PINÇA ANATOMICA SERRILHADA 16 CM	UN	03	R\$ 16,12
69	88269	PINÇA BACKHAUS 13 CM	UN	12	R\$ 34,42
70	88273	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 16 CM (CRILE)	UN	06	R\$ 45,67
71	88272	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 16 CM (CRILE)	UN	06	R\$ 36,43
72	88274	PINÇA KELLY 16 CM CURVA	UN	06	R\$ 57,73
73	88275	PINÇA KELLY 16 CM RETA	UN	06	R\$ 67,26
74	88279	PINÇA KOCHER CURVA 16 CM	UN	03	R\$ 41,32
75	88278	PINÇA KOCHER RETA 16 CM	UN	03	R\$ 52,26
76	88277	PINÇA ROCHESTER PEAN CURVA 18 CM	UN	03	R\$ 61,45
77	88276	PINÇA ROCHESTER PEAN RETA 18 CM	UN	03	R\$ 64,56
78	88282	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 24 CM	UN	03	R\$ 58,02
79	87666	Ringer Lactato - 500ml - Solução estéril de Ringer com lactato, acondicionada em bolsa ou frasco de 500 mL, apirogênica, sistema fechado, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	UN	50	R\$ 16,51
80	87722	Seladora para papel grau cirúrgico – Seladora térmica de mesa, indicada para selagem de embalagens de papel grau cirúrgico utilizadas em processos de esterilização. Equipamento com acionamento manual, sistema de aquecimento com resistência elétrica e controle de temperatura para selagem uniforme e segura. Possui estrutura metálica com pintura anticorrosiva, barra de selagem com largura mínima aproximada de 10 a 13 mm e comprimento compatível com uso clínico. Pode incluir sistema de corte (guilhotina) e suporte para rolos. Equipamento compacto, bivolt, indicado para uso em clínicas, consultórios e ambiente veterinário.	UN	01	R\$ 1.461,33
81	87676	Seringa 10ml Luer slip CX C/ 100 UNIDADE – Seringa descartável de 10 mL, estéril, atóxica, apirogênica, com bico Luer Slip, embalagem contendo 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	10	R\$ 43,47
82	87673	Seringa 1ml Luer slip CX C/ 100 UNIDADE - Seringa descartável de 1 mL, estéril, atóxica, apirogênica, com bico Luer Slip, embalagem contendo 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	02	R\$ 41,30
83	87674	Seringa 3ml Luer slip CX C/ 100 UNIDADE - Seringa descartável de 3 mL, estéril, atóxica, apirogênica, com bico Luer Slip, embalagem contendo 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	16	R\$ 41,73
84	87675	Seringa 5ml Luer slip CX C/ 100 UNIDADE - Seringa descartável de 5 mL, estéril, atóxica, apirogênica, com bico Luer Slip, embalagem contendo 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	16	R\$ 24,77
85	87714	Tapete aquecido para mesa cirúrgica – Tapete térmico elétrico para uso veterinário, com dimensões aproximadas de 100 x 45 cm, confeccionado em material impermeável e de fácil higienização. Dotado de sistema de controle de temperatura, proporcionando aquecimento seguro e uniforme. Possui proteção contra superaquecimento e estrutura flexível, indicado para manutenção da temperatura corporal de animais em procedimentos clínicos, recuperação pós-operatória e cuidados com filhotes.	UN	01	R\$ 292,85
86	87698	Tapete higiênico 80x60cm Pacote C/30 UNID. Tapete higiênico descartável, com camada absorvente, dimensões aproximadas de 80 x 60 cm, indicado para uso veterinário.	PC	12	R\$ 53,17



87	88280	TESOURA CIRURGICA ROMBA / ROMBA RETA 16,5 CM	UN	03	R\$ 31,20
88	88263	TESOURA METZENBAUM 20 CM RETA	UN	03	R\$ 32,96
89	88281	TESOURA SPENCER TIRA PONTO 12 CM	UN	03	R\$ 42,93
90	87701	Teste indicador biológico CX/ 10 UNID - Indicador biológico para monitoramento de esterilização, compatível com o método utilizado (ex: vapor), com resultado confiável, com registro na ANVISA.	CX	08	R\$ 55,84
91	87702	Teste indicador químico - Indicador químico para controle de esterilização, tipo fita ou tira, sensível ao processo, com registro na ANVISA	UN	200	R\$ 16,21
92	87706	Touca descartável - Touca descartável, confeccionada em TNT, com elástico, uso hospitalar.	UN	400	R\$ 0,75
93	87719	TRAQUEOTUBO - Tubo endotraqueal com balão (cuff), confeccionado em PVC grau médico, transparente, atóxico e radiopaco, estéril e descartável. Possui conector padrão universal 15 mm, marcação de profundidade, ponta atraumática com bisel e orifício de Murphy, permitindo adequada ventilação e segurança na intubação. Acondicionado em embalagem contendo 10 unidades, com tamanhos variados, indicado para intubação oral ou nasal em procedimentos anestésicos, emergenciais e uso veterinário.	UN	20	R\$ 63,90
94	87656	Xilazina 2% - fsc 50ml – Solução injetável de xilazina 2%, uso veterinário, estéril, frasco de 50 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA	FR	10	R\$ 26,90

1.2. Objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 97, de 01 de março de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2026, contados da assinatura do Instrumento de Contrato, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.2. A necessidade de aquisição de materiais veterinários, médico-hospitalares e equipamentos permanentes para o Centro de Recuperação Animal mostra-se essencial para garantir a adequada prestação dos serviços públicos no âmbito da Vigilância em Saúde. Os itens a serem adquiridos são indispensáveis para a realização de atendimentos clínicos e cirúrgicos, incluindo procedimentos de esterilização (castração), bem como para o manejo, tratamento e recuperação de animais.

2.3. A contratação contribui diretamente para o controle populacional de animais, prevenção de zoonoses e promoção do bem-estar animal, atendendo ao interesse público e às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS. Além disso, possibilita melhores condições de trabalho aos profissionais envolvidos e assegura a continuidade e eficiência das ações desenvolvidas pelo Município, fortalecendo as políticas públicas de saúde e vigilância sanitária.

2.4. Com o provimento da solução, a área requisitante visa a atender as necessidades e garantir a prestação do serviço público.

2.5. Atualmente, para toda compra pública é realizada uma descrição detalhada e estimativa do quantitativo conforme a realidade que se apresenta, com intuito de alcançar a eficiência e vantajosidade das contratações públicas.

2.6. Trata-se de uma aquisição que faz parte do calendário anual de compras da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que praticamente sempre com êxito e eficácia, inclusive no tocante a execução contratual.

2.7. A aquisição solicitada destina-se a atender à Secretaria Municipal de Saúde de Conceição das Alagoas/MG, decorrendo da necessidade de estruturação e manutenção das atividades desenvolvidas pelo Centro de Recuperação Animal, no âmbito da Vigilância em Saúde, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.8. A contratação de materiais veterinários, médico-hospitalares e equipamentos permanentes configura medida necessária e adequada, considerando os seguintes benefícios:

- Ampliação da capacidade de atendimento clínico e cirúrgico aos animais assistidos pelo

Município;

- Viabilização de procedimentos de esterilização (castração), contribuindo para o controle populacional de animais;
- Prevenção e controle de zoonoses, com impacto direto na saúde pública;
- Melhoria das condições de trabalho das equipes técnicas, com disponibilização de insumos e equipamentos adequados;
- Promoção do bem-estar animal, mediante atendimento adequado, tratamento e recuperação dos animais;
- Melhoria da eficiência administrativa, assegurando o uso racional e finalístico dos recursos públicos.

2.9. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e proporcional ao interesse público, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e finalidade pública.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A solução consiste na aquisição de materiais veterinários, médico-hospitalares e equipamentos permanentes, conforme especificações e quantitativos definidos no Documento de Formalização da Demanda (DFD), visando atender às necessidades do Centro de Recuperação Animal.

3.2. Considerando as características de utilização, a quantidade necessária e o valor estimado, conclui-se que a melhor opção é a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na efetiva aquisição de materiais veterinários, médico-hospitalares e equipamentos permanentes assim também pela boa qualidade e procedência do item licitado.

3.3. Nos valores deverão estar inclusos todas as despesas com: materiais; mão-de-obra e encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; transporte; serviço de manutenção; seguro; lucros e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto. Nos preços unitários dos itens deverão incluir todas as despesas, encargos e tributos pertinentes para cada produto;

3.4. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as condições constantes neste Edital, obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ANVISA, INSTITUTO AMBIENTAL DO ESTADO e outros, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se espera(m), conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, atender às normas de SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, e, quando for o caso, às legislações específicas das Agências Reguladoras, do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Vigilância Sanitária e demais normas e legislação pertinente e em vigência.

3.5. O objeto do presente Registro de Preços será entregue conforme solicitação, que se fará através da emissão de NAD – Nota de Autorização de Despesa pela Unidade Compras/Licitação.

3.6. Todos os bens fornecidos/serviços entregues serão conferidos no momento da entrega, e se a quantidade e/ou qualidade dos mesmos não corresponder às especificações exigidas, a remessa apresentada será devolvida para substituição ou adequações, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

3.7. O(s) objeto deverá (ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de nota(s) fiscal (is) distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho, constando o número do Edital, o bem ou serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais;

3.8. Cada fornecimento somente será considerado concluído mediante a emissão de termo de recebimento definitivo;

3.9. A Nota fiscal deverá ser descritiva, constar nº da NAD – Nota de Autorização de Despesa, dados da conta bancária para depósito do pagamento, bem como da CND do INSS e CRF do FGTS.

3.10. A Empresa contratada só poderá emitir Nota Fiscal após a emissão da respectiva nota de empenho.

3.11. É de responsabilidade da empresa vencedora e transportadora do produto, ter conhecimento e cumprir todas as normas que regulamentam o acondicionamento e transporte dos mesmos, incluindo-se a carga e descarga

3.12. É de responsabilidade do fornecedor, disponibilizar às pessoas encarregadas pela descarga, os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), necessários à proteção dos mesmos, bem como, orientá-los dos riscos a que estão expostos.

3.13. Os responsáveis pelo recebimento do produto/serviço poderão, se assim julgar necessário, solicitar parecer técnico especializado de pessoa qualificada, para análise da qualidade do produto, bem como se está em conformidade com o descrito neste documento.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A entrega será realizada na sede da Vigilância em Saúde, no endereço Rua Benedito Lima, nº 181 – Centro, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a emissão de nota de empenho e/ou documento equivalente.

4.2. Após comprovado a entrega, pelo atesto do fiscal designado, receberá e atestará as respectivas Notas Fiscais, encaminhando-as em ato contínuo ao setor financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, para pagamento.

4.3. No caso de defeitos ou imperfeições do produto, o mesmo será recusado, cabendo à contratada substituí-lo por outro, com as mesmas características exigidas, em prazo a ser determinado por este município. O bem deverá ser novo de fábrica, devendo ser transportado e entregue devidamente com o maior cuidado, sob a responsabilidade da empresa contratada. A contratante recusará o recebimento se o objeto for entregue em desconformidade com esta previsão. O prazo de garantia do item é de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos mesmos;

4.4. O objeto será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Fornecedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

4.8. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na lei nº. 8078, de 11/09/1990 - código de defesa do consumidor - e alterações subsequentes.

4.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

#### **Sustentabilidade:**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- análise do ciclo de vida do produto (produção, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;

- estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis;
- fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;

**Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

Na presente contratação não haverá necessidade de indicação de marcas, haja vista que o descritivo e as especificações dos itens desejados estão robustos, fidedignos e exatamente nos termos legais para uma contratação eficiente.

**Da vedação de contratação de marca ou produto**

Não haverá vedação de contratação de marca ou produto.

**Da exigência de amostra**

Não haverá exigência de amostra

**Da exigência de carta de solidariedade**

Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

**Subcontratação**

Não será admitida subcontratação

**Garantia da contratação**

Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

**5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**Garantia**

Não será exigida garantia contratual

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

6.16. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

- 7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5%** (**cinco** por cento) a **10%** (**dez** por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5%** (**cinco** por cento) a **10%** (**dez** por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5%** (**cinco** por cento) a **15%** (**quinze** por cento) do valor da contratação.
- 7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5%** (**cinco** por cento) a **10%** (**dez** por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:
- 7.2.4.7.1. Deixar de entregar item solicitado em ordem de fornecimento sem comprovar motivo justo ou fator superveniente imprevisível.
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,



para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;



- 8.10.5. o valor a pagar; e
- 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 8.13. A Administração deverá consultar a regularidade fiscal da contratada para:
- 8.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.14. A situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação fiscal.

#### **Prazo de pagamento**

- 8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

- 8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

- 8.25. Não haverá antecipações de pagamento

### **Cessão de crédito**

8.26. Não será admitida a sessão de crédito

### **Reajuste**

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/03/2026.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada em quantidades livres no limite do contrato.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde

se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa a atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado sede ou órgão equivalente nos termos da Lei, comprovando;

9.21.1. Os 2 (dois) últimos balanços patrimoniais exigíveis serão determinados conforme o instrumento de registro utilizado pela licitante, observados os seguintes critérios:

Instrumento de Registro	Prazo de Registro/Entrega	Exercícios Exigíveis	Observação
Registro na Junta Comercial	Até 30/04 do ano seguinte	2024 e 2025 ✓ (a partir de maio/2026)	Prazo vencido em 30/04/2026

Instrumento de Registro	Prazo de Registro/Entrega	Exercícios Exigíveis	Observação
SPED ECD (Receita Federal)	Até 31/07 do ano seguinte	2024 e 2025 ✓ (a partir de agosto/2026)	Prazo vence em 31/07/2026

9.21.2. A licitante constituída há menos de 2 (dois) exercícios sociais completos, fica dispensada da apresentação dos balanços relativos aos exercícios inexistentes, devendo apresentar o(s) balanço(s) disponível(is), acrescido do balanço de abertura, devidamente registrado, em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdãos nº 1.757/2011 e 2.427/2013).

9.21.3. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.21.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.21.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.21.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da contratação.

9.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.25. Alvará Sanitário

9.26. AFE – Autorização de Funcionamento da ANVISA

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.27. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 109.516,06 (cento e nove mil, quinhentos e dezesseis reais e seis centavos).

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 657-02.15.03.10.305.0048.2.0090.3.3.90.30.00.00; 661-02.15.03.10.305.0048.2.0090.4.4.90.52.00.00.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Conceição das Alagoas/MG, 12 de junho de 2026

---

***Nathalia Siqueira Silva Caiapó***  
Secretário Municipal de Saúde

**MINUTA DE CONTRATO  
ADMINISTRATIVO Nº ...../2026, QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE  
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS, POR  
INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL  
E .....**

O **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.428.854/0001-39, com sede à Rua Floriano Peixoto, 395, Centro, na cidade de Conceição das Alagoas, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **CELSON PIRES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de medicamentos veterinários e hospitalares, insumos médico-hospitalares e veterinários e equipamentos permanentes, para atender o Centro de Recuperação Animal, até 31 de dezembro de 2026, conforme entrega de requisição.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	------	----------------------	--------	-------	-------------------	----------------

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2026 contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. A entrega será realizada na sede da Vigilância em Saúde, no endereço Rua Benedito Lima, nº 181 – Centro, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a emissão de nota de empenho e/ou documento equivalente.

3.2. Após comprovado a entrega, pelo atesto do fiscal designado, receberá e atestará as respectivas Notas Fiscais, encaminhando-as em ato contínuo ao setor financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, para pagamento.

3.3. No caso de defeitos ou imperfeições do produto, o mesmo será recusado, cabendo à contratada substituí-lo por outro, com as mesmas características exigidas, em prazo a ser determinado por este município. O bem deverá ser novo de fábrica, devendo ser transportado e entregue devidamente com o maior cuidado, sob a responsabilidade da empresa contratada. A contratante recusará o recebimento se o objeto for entregue em desconformidade com esta previsão. O prazo de garantia do item é de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos mesmos;

3.4. O objeto será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.

3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Fornecedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.7. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

3.8. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na lei nº. 8078, de 11/09/1990 - código de defesa do consumidor - e alterações subsequentes.

3.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)..

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da emissão de nota fiscal.

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, de correção monetária.

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 6.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 3.10. Não haverá em qualquer hipótese antecipação de pagamentos.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/05/2026.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.7. Cientificar a Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;
- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.25. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.26. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

11.2.4.7.1. Deixar de entregar item solicitado em ordem de fornecimento sem comprovar motivo justo ou fator superveniente imprevisível.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.5. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.5.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.5.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: 644-02.15.02.10.302.0044.2.0089.4.4.90.52.00.00.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

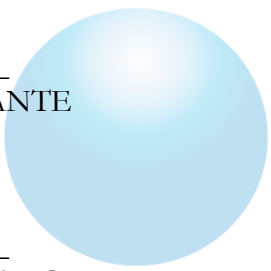
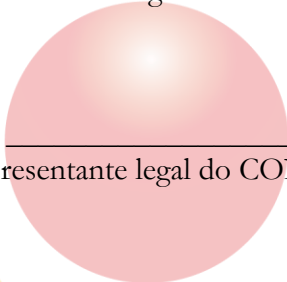

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no

respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Conceição das Alagoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Conceição das Alagoas/MG, [dia] de [mês] de [ano].



\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_



## ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES

### Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

**Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2026**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**

**Objeto:** aquisição de medicamentos veterinários e hospitalares, insumos médico-hospitalares e veterinários e equipamentos permanentes, para atender o Centro de Recuperação Animal, até 31 de dezembro de 2026, conforme entrega de requisição.

A (empresa proponente), CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada em xxxxxxxxxxxx/xx, na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/2026, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao Edital e ainda que:

- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).
- Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Nome da empresa  
Nome do representante legal da empresa  
Assinatura representante legal da empresa

**Declaração que atende os requisitos de habilitação**

**Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2026**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**

**Objeto:** aquisição de medicamentos veterinários e hospitalares, insumos médico-hospitalares e veterinários e equipamentos permanentes, para atender o Centro de Recuperação Animal, até 31 de dezembro de 2026, conforme entrega de requisição.

A (empresa proponente) inscrito no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do representante legal da empresa  
Assinatura representante legal da empresa



**Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**

**Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2026**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**

**Objeto:** aquisição de medicamentos veterinários e hospitalares, insumos médico-hospitalares e veterinários e equipamentos permanentes, para atender o Centro de Recuperação Animal, até 31 de dezembro de 2026, conforme entrega de requisição.

A (empresa proponente) inscrito no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do representante legal da empresa  
Assinatura representante legal da empresa

## DECLARAÇÃO DE PROPOSTA

**Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2026**

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**

**Objeto:** aquisição de medicamentos veterinários e hospitalares, insumos médico-hospitalares e veterinários e equipamentos permanentes, para atender o Centro de Recuperação Animal, até 31 de dezembro de 2026, conforme entrega de requisição.

A (empresa proponente) inscrito no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa  
Nome do representante legal da empresa  
Assinatura representante legal da empresa

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2026, **DECLARA** ao Município de Conceição das Alagoas -Mg, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

( ) **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

---

Nome da empresa  
Nome do representante legal da empresa  
Assinatura representante legal da empresa

## ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

<b>DADOS DA LICITANTE</b>			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ:		I ESTADUAL:	
ENDEREÇO:			
CIDADE:		ESTADO:	CEP:
TELEFONE:		E-MAIL:	
<b>RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO</b>			
NOME:		CPF:	
RG:		ENCEREÇO:	
<b>PARA PAGAMENTO VIA SISTEMA BANCÁRIO</b>			
Nº BANCO:	BANCO:	AG:	CONTA:

Prezado Senhor,

Venho através deste, apresentar proposta a Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas, para aquisição de medicamentos veterinários e hospitalares, insumos médico-hospitalares e veterinários e equipamentos permanentes, para atender o Centro de Recuperação Animal, até 31 de dezembro de 2026, conforme entrega de requisição.

Seq	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Marca	Valor Unit	Valor Total
01	88270	PINÇA ALLIS 15 CM	UN	06			
02	88271	PINÇA FOERSTER ANTISSEPSIA 24 CM	UN	03			
03	87655	Acepromazina 1% - 20ml – Solução injetável de acepromazina 1%, uso veterinário, estéril, frasco de 20 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA.	FR	08			
04	87654	Ácido Tranexâmico 50mg/ml CX/5 UNIDADE – Solução injetável de ácido tranexâmico 50 mg/mL, estéril, acondicionada em ampolas, caixa com 5 unidades, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	CX	12			
05	87667	Água desmineralizada - galão 5L – Água desmineralizada, isenta de sais minerais e impurezas, acondicionada em galão de 5 litros, com identificação de lote e validade.	UN	12			
06	87668	Água Oxigenada 1L - Peróxido de hidrogênio (água oxigenada), uso hospitalar, concentração conforme farmacopeia, acondicionada em frasco de 1 litro, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	lt	60			
07	87682	Agulha 25x8 CX C/ 100 UNIDADE – Agulha hipodérmica descartável, estéril, calibre 25 x 8 mm, em aço inoxidável, bisel trifacetado, embalagem com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	10			
08	87683	Agulha 40x12 CX C/ 100 UNIDADE – Agulha hipodérmica descartável, estéril, calibre 40 x 12 mm, em aço inoxidável, bisel trifacetado, embalagem com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	04			
09	87671	Álcool 70% - galão 5L - Álcool etílico hidratado 70%, uso hospitalar, acondicionado em galão de 5 litros, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	lt	20			
10	87691	Algodão hidrófilo em rolo, 500 g – Algodão hidrófilo em rolo, 100% algodão, alvejado, isento de impurezas, alta absorção, não estéril, embalagem de 500 g, com registro na ANVISA	rl	06			
11	87685	Almotolia Plástica Aplicador Bisnaga Pisseta 500ml- Frasco tipo almotolia/pisseta, em material plástico resistente,	UN	20			



		capacidade 500 mL, com bico aplicador, utilizado para acondicionamento de líquidos					
12	87661	Amoxicilina + clavulanato - 50ml - Suspensão ou solução injetável de amoxicilina associada ao ácido clavulânico, frasco de 50 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA/ANVISA.	FR	80			
13	87713	Aquecedor de ambiente uso veterinário - Aquecedor elétrico portátil, com potência aproximada de 1500 W, dotado de controle de temperatura e no mínimo 3 níveis de potência, incluindo função aquecimento e ventilação. Equipamento compacto, com sistema de segurança contra superaquecimento, alça para transporte e indicado para uso em ambientes clínicos e veterinários.	UN	01			
14	87721	Armário/prateleira para guarda de vestuário na Paramentação - Armário multiuso confeccionado em aço, com pintura eletrostática anticorrosiva, composto por 2 portas de abrir com sistema de fechamento com chave. Possui prateleiras internas, preferencialmente reguláveis, para organização de materiais. Estrutura resistente, de fácil higienização, indicado para armazenamento de insumos, vestuários ou materiais em ambientes administrativos, clínicos e hospitalares. Dimensões aproximadas conforme padrão de mercado.	UN	08			
15	87697	Atadura 20cm - Atadura de crepe ou algodão, largura aproximada de 20 cm, não estéril, com boa elasticidade e absorção	UN	60			
16	87653	Atropina vet - 20ml - Solução injetável de atropina, uso veterinário, estéril, frasco de 20 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA/ANVISA.	FR	02			
17	87705	Avental TNT gramatura 40 - Avental descartável, confeccionado em TNT gramatura mínima 40, manga longa, fechamento adequado, uso hospitalar.	UN	400			
18	87716	Balança eletrônica para pesagem de animais até 300kg - Balança eletrônica com capacidade mínima de 300 kg, plataforma ampla e resistente, visor digital de fácil leitura, precisão adequada para uso veterinário.	UN	01			
19	87703	Bolsa transfusão sangue - Bolsa estéril para coleta e transfusão de sangue, com sistema fechado, capacidade adequada, com anticoagulante, com registro na ANVISA.	UN	12			
20	88264	CABO DE BISTURI N4 CABO LONGO	UN	03			
21	87700	Caixa perfurocortante 13L - Coletor para materiais perfurocortantes, capacidade 13 litros, resistente, com sistema de fechamento seguro, conforme normas da ANVISA.	UN	20			
22	87715	Canil metálico 3 lugares com divisória - Canil modular para uso veterinário, confeccionado em aço com pintura anticorrosiva, estrutura resistente e de fácil higienização. Possui compartimentos com divisórias internas removíveis, portas com fechamento seguro e bandejas inferiores removíveis para coleta de resíduos. Equipado com rodízios para movimentação e sistema modular que permite ampliação conforme necessidade. Dimensões aproximadas por módulo: 120 x 60 x 70 cm.	UN	01			
23	87687	Cateter 20 rosa CX C/ 100 UNIDADE - Cateter intravenoso periférico nº 20, estéril, descartável, com dispositivo de segurança, cânula em material biocompatível, embalagem individual, com registro na ANVISA.	CX	02			
24	87688	Cateter 22 azul CX C/ 100 UNIDADE - Cateter intravenoso periférico nº 22, estéril, descartável, com dispositivo de segurança, embalagem individual, com registro na ANVISA.	CX	06			
25	87689	Cateter 24 rosa CX C/ 100 UNIDADE - Cateter intravenoso periférico nº 24, estéril, descartável, com dispositivo de segurança, embalagem individual, com registro na ANVISA	CX	04			
26	87659	Cetamina 10% 50ml - Solução injetável de cetamina 10%, uso veterinário, estéril, frasco de 50 mL, com controle especial, lote, validade e registro no MAPA.	FR	30			
27	87710	Cilindro de oxigênio uso veterinário para oxigenoterapia, composto por cilindro de oxigênio em alumínio com capacidade de 5 litros, sem carga, acompanhado de válvula reguladora com fluxômetro, sistema umidificador e acessórios para administração de oxigênio. Equipamento leve e de fácil transporte, podendo incluir carrinho ou bolsa	UN	02			

		de acondicionamento, indicado para uso em atendimentos clínicos, emergenciais e veterinários.					
28	87664	Cloreto de sódio 0,9% - 500ml - Solução fisiológica estéril de cloreto de sódio 0,9%, acondicionada em bolsa ou frasco de 500 mL, sistema fechado, apirrogênica, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	UN	100			
29	87690	Compressa campo operatório 23x25 CX C/ 50 UNIDADE - Compressa cirúrgica tipo campo operatório, confeccionada em algodão, dimensões aproximadas de 23 x 25 cm, com alta absorção, embalagem com 50 unidades, com registro na ANVISA.	CX	12			
30	88284	CUBA RIM	UN	03			
31	87672	Detergente enzimático 1L - Detergente enzimático contendo enzimas proteolíticas, indicado para limpeza de materiais médico - hospitalares, biodegradável, acondicionado em frasco de 1 litro, com registro na ANVISA.	lt	06			
32	87663	Dipirona 500mg/ml - 50ml - Solução injetável de dipirona 500 mg/mL, estéril, frasco de 50 mL, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	FR	80			
33	87651	Doxapram 20ml - Solução injetável de doxapram, estéril, acondicionada em frasco de 20 mL, com identificação de lote, validade e registro no órgão competente.	FR	02			
34	87699	Envelope papel grau cirúrgico 24x38 auto adesiva CX/ 100 UNID- Envelope para esterilização em papel grau cirúrgico, com filme plástico transparente, auto selante, dimensões aproximadas de 24 x 38 cm, com registro na ANVISA.	CX	06			
35	87652	Epinefrina 1mg/ml - Solução injetável de epinefrina 1 mg/mL, estéril, acondicionada em ampola, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	AP	40			
36	87684	Equipo macrogotas soro injetor lateral completo - Equipo para infusão intravenosa tipo macrogotas, estéril, descartável, com câmara gotejadora, tubo flexível, injetor lateral, pinça rolete e conexão compatível, com registro na ANVISA.	UN	144			
37	87686	Equipo macrogotas completo luer slip - Equipo para infusão intravenosa tipo micro gotas, estéril, descartável, com câmara graduada, pinça rolete e conexão Luer Slip, com registro na ANVISA.	UN	40			
38	87704	Equipo transfusão sangue - Equipo específico para transfusão sanguínea, com filtro, estéril, descartável, com registro na ANVISA.	UN	12			
39	87693	Esparradrapo (rolo 15cm) - Esparradrapo impermeável, com adesivo de alta fixação, largura aproximada de 15 cm, acondicionado em rolo, com registro na ANVISA.	UN	40			
40	88265	ESTOJO PERFURADA 26X12X6	UN	03			
41	87680	Fio nylon 0 CX/ 24 UNIDADES - Fio de sutura monofilamentar de nylon, não absorvível, calibre 0, estéril, com agulha acoplada, embalagem com 24 unidades, com registro na ANVISA.	CX	100			
42	87681	Fio nylon 2-0 CX/ 24 UNIDADES - Fio de sutura monofilamentar de nylon, não absorvível, calibre 2-0, estéril, com agulha acoplada, embalagem com 24 unidades, com registro na ANVISA.	CX	50			
43	87712	Foco cirúrgico - Foco cirúrgico com tecnologia LED, composto por 12 LEDs de alta intensidade, sendo luz branca e amarela, com ajuste de intensidade e tonalidade, proporcionando iluminação uniforme e adequado contraste para visualização de tecidos. Equipamento com raço articulado e base móvel com rodízios, permitindo posicionamento e mobilidade, não gerando aquecimento significativo do ambiente e com baixo consumo de energia. Intensidade luminosa aproximada de 38.000 lux, indicado para procedimentos clínicos e cirúrgicos.	UN	01			
44	88283	GANCHO PARA CASTRAÇÃO	UN	03			
45	87692	Gaze 13 fios (não estéril) Pacote C/ 500 UNID Compressa de gaze não estéril, confeccionada em algodão, 13 fios/cm², alta absorção, embalagem em pacote, com registro na ANVISA.	PC	40			
46	87665	Glicose 5% - 500ml - Solução estéril de glicose 5%, acondicionada em bolsa ou frasco de 500 mL, apirrogênica, sistema fechado, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	UN	20			

47	87669	Ringer Lactato - 500ml - Solução estéril de Ringer com lactato, acondicionada em bolsa ou frasco de 500 mL, apirogênica, sistema fechado, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	lt	60			
48	87670	Iodo tópico 10% 1L - Solução tópica de iodo 10%, indicada para antisepsia, acondicionada em frasco de 1 litro, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	lt	02			
49	87650	Ioimbina 10mg/ml - 50ml - Solução injetável de ioimbina, concentração 10 mg/mL, estéril, acondicionada em frasco de 50 mL, devidamente identificado com lote, validade e registro no MAPA/ANVISA	FR	02			
50	87679	Lâmina 24 CX C/ 100 UNIDADE - Lâmina cirúrgica estéril nº 24, em aço inoxidável, afiada, descartável, embalagem com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	06			
51	87720	Laringoscópio - composto por cabo metálico e no mínimo 4 lâminas curvas tipo Macintosh, confeccionados em aço inoxidável, resistentes à corrosão e autoclaváveis. Possui sistema de iluminação acoplado, alimentação por pilhas, cabo com superfície antiderrapante para melhor manuseio, indicado para procedimentos de intubação e avaliação de vias aéreas em ambiente clínico e veterinário.	UN	08			
52	87660	Lidocaína 2% - 50ml - Solução injetável de lidocaína 2%, estéril, frasco de 50mL, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	FR	48			
53	87678	Luva cirúrgica 7,0 CAIXA COM 50 PARES – Luva cirúrgica estéril, confeccionada em látex natural ou material compatível, anatômica, ambidestra, com textura antiderrapante, tamanho 7,0, caixa com 50 pares, com registro na ANVISA.	CX	04			
54	87677	Luva cirúrgica 8,0 CAIXA COM 50 PARES – Luva cirúrgica estéril, confeccionada em látex natural ou material compatível, anatômica, ambidestra, com textura antiderrapante, tamanho 8,0, caixa com 50 pares, com registro na ANVISA.	CX	04			
55	87695	Luva procedimento G - Luva de procedimento não estéril, tamanho grande (G), descartável, caixa com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	12			
56	87694	Luva procedimento M - Luva de procedimento não estéril, confeccionada em látex ou material sintético, ambidestra, descartável, tamanho médio (M), caixa com 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	12			
57	87707	Máscara descartável - Máscara cirúrgica descartável, com camadas filtrantes, com elástico e clip nasal, com registro na ANVISA.	UN	600			
58	87662	Meloxicam 2% - 50ml - Solução injetável de meloxicam 2%, uso veterinário, frasco de 50 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA.	FR	04			
59	87709	Mesa auxiliar para instrumentação cirúrgica - Mesa auxiliar confeccionada em aço inoxidável, com estrutura resistente e de fácil higienização, composta por tampo superior e prateleira inferior para apoio e organização de materiais. Possui pés tubulares com rodízios que facilitam a movimentação, dimensões aproximadas de 60 x 40 x 80 cm e capacidade compatível com uso clínico. Indicada para uso em ambientes hospitalares, laboratoriais e veterinários	UN	01			
60	87708	Mesa cirúrgica veterinária com calha coletora – Mesa cirúrgica veterinária confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão e de fácil higienização, com tampo tipo calha articulável que permite ajuste de inclinação para escoamento de líquidos. Possui estrutura estável, sistema de regulagem de altura, suporte de soro e coletor de resíduos. Dimensões aproximadas de 120 x 60 x 80 cm, indicada para uso em procedimentos clínicos e cirúrgicos veterinários.	UN	01			
61	87658	Midazolam 5mg/ml - 10ml - Solução injetável de midazolam 5 mg/mL, estéril, ampola de 10 mL, com controle especial, lote, validade e registro na ANVISA.	AP	100			
62	87717	Monitor multiparamétrico – Monitor multiparamétrico portátil, com tela colorida, capaz de monitorar no mínimo: ECG, frequência cardíaca, SpO2, pressão arterial não invasiva, respiração e temperatura. Equipamento com bateria recarregável, alarmes audiovisuais e acompanhado de acessórios compatíveis, indicado para uso clínico e veterinário.	UN	01			
63	87657	Morfina 10mg/ml – Solução injetável de morfina 10 mg/mL, estéril, acondicionada em ampola, com controle	AP	200			

		especial conforme legislação vigente, lote, validade e registro na ANVISA.					
64	87696	Pano campo (tecido SMS) estéril 50x50 - Campo cirúrgico estéril, confeccionado em TNT tipo SMS, dimensões aproximadas de 50 x 50 cm, descartável, com registro na ANVISA.	UN	600			
65	88266	PAR AFASTADOR FARABEUF 150MM	UN	03			
66	87718	Pia de assepsia para Paramentação - Pia para assepsia, confeccionada em aço inoxidável, resistente à corrosão e de fácil higienização, com fixação em parede. Dotada de sistema de acionamento mecânico por Joelho, evitando contato manual e reduzindo risco de contaminação. Possui cuba em inox, torneira e válvula compatíveis, indicada para uso em ambientes clínicos, laboratoriais e hospitalares. Dimensões aproximadas de 30 a 40 cm, conforme padrão de mercado.	UN	01			
67	88267	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 16 CM	UN	03			
68	88268	PINÇA ANATOMICA SERRILHADA 16 CM	UN	03			
6*	88269	PINÇA BACKHAUS 13 CM	UN	12			
70	88273	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 16 CM (CRILE)	UN	06			
71	88272	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 16 CM (CRILE)	UN	06			
72	88274	PINÇA KELLY 16 CM CURVA	UN	06			
73	88275	PINÇA KELLY 16 CM RETA	UN	06			
74	88279	PINÇA KOCHER CURVA 16 CM	UN	03			
75	88278	PINÇA KOCHER RETA 16 CM	UN	03			
76	88277	PINÇA ROCHESTER PEAN CURVA 18 CM	UN	03			
77	88276	PINÇA ROCHESTER PEAN RETA 18 CM	UN	03			
78	88282	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 24 CM	UN	03			
79	87666	Ringer Lactato - 500ml - Solução estéril de Ringer com lactato, acondicionada em bolsa ou frasco de 500 mL, apirrogênica, sistema fechado, com identificação de lote, validade e registro na ANVISA.	UN	50			
80	87722	Seladora para papel grau cirúrgico - Seladora térmica de mesa, indicada para selagem de embalagens de papel grau cirúrgico utilizadas em processos de esterilização. Equipamento com acionamento manual, sistema de aquecimento com resistência elétrica e controle de temperatura para selagem uniforme e segura. Possui estrutura metálica com pintura anticorrosiva, barra de selagem com largura mínima aproximada de 10 a 13 mm e comprimento compatível com uso clínico. Pode incluir sistema de corte (guilhotina) e suporte para rolos. Equipamento compacto, bivolt, indicado para uso em clínicas, consultórios e ambiente veterinário.	UN	01			
81	87676	Seringa 10ml Luer slip CX C/ 100 UNIDADE - Seringa descartável de 10 mL, estéril, atóxica, apirrogênica, com bico Luer Slip, embalagem contendo 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	10			
82	87673	Seringa 1ml Luer slip CX C/ 100 UNIDADE - Seringa descartável de 1 mL, estéril, atóxica, apirrogênica, com bico Luer Slip, embalagem contendo 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	02			
83	87674	Seringa 3ml Luer slip CX C/ 100 UNIDADE - Seringa descartável de 3 mL, estéril, atóxica, apirrogênica, com bico Luer Slip, embalagem contendo 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	16			
84	87675	Seringa 5ml Luer slip CX C/ 100 UNIDADE - Seringa descartável de 5 mL, estéril, atóxica, apirrogênica, com bico Luer Slip, embalagem contendo 100 unidades, com registro na ANVISA.	CX	16			
85	87714	Tapete aquecido para mesa cirúrgica - Tapete térmico elétrico para uso veterinário, com dimensões aproximadas de 100 x 45 cm, confeccionado em material impermeável e de fácil higienização. Dotado de sistema de controle de temperatura, proporcionando aquecimento seguro e uniforme. Possui proteção contra superaquecimento e estrutura flexível, indicado para manutenção da temperatura corporal de animais em procedimentos clínicos, recuperação pós-operatória e cuidados com filhotes.	UN	01			



86	87698	Tapete higiênico 80x60cm Pacote C/30 UNID. Tapete higiênico descartável, com camada absorvente, dimensões aproximadas de 80 x 60 cm, indicado para uso veterinário.	PC	12			
87	88280	TESOURA CIRURGICA ROMBA / ROMBA RETA 16,5 CM	UN	03			
88	88263	TESOURA METZENBAUM 20 CM RETA	UN	03			
89	88281	TESOURA SPENCER TIRA PONTO 12 CM	UN	03			
90	87701	Teste indicador biológico CX/ 10 UNID - Indicador biológico para monitoramento de esterilização, compatível com o método utilizado (ex: vapor), com resultado confiável, com registro na ANVISA.	CX	08			
91	87702	Teste indicador químico - Indicador químico para controle de esterilização, tipo fita ou tira, sensível ao processo, com registro na ANVISA	UN	200			
92	87706	Touca descartável - Touca descartável, confeccionada em TNT, com elástico, uso hospitalar.	UN	400			
93	87719	TRAQUEOTUBO - Tubo endotraqueal com balão (cuff), confeccionado em PVC grau médico, transparente, atóxico e radiopaco, estéril e descartável. Possui conector padrão universal 15 mm, marcação de profundidade, ponta atraumática com bisel e orifício de Murphy, permitindo adequada ventilação e segurança na intubação. Acondicionado em embalagem contendo 10 unidades, com tamanhos variados, indicado para intubação oral ou nasal em procedimentos anestésicos, emergenciais e uso veterinário.	UN	20			
94	87656	Xilazina 2% - fsc 50ml – Solução injetável de xilazina 2%, uso veterinário, estéril, frasco de 50 mL, com identificação de lote, validade e registro no MAPA	FR	10			

- 1) Preço Total da Proposta R\$\_\_\_\_\_ (por extenso)
- 2) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com todas as condições gerais e especiais estabelecidas no Edital e seus anexos, que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa (CNPJ/MF)  
Responsável ou representante legal